

## APRESENTAÇÃO

O dossiê *Internacionalismo e Luta de Classes* propõe refletir sobre diferentes movimentos históricos dos séculos XX e XXI. Embora geralmente atrelado a determinadas vertentes da luta revolucionária, o termo *internacionalismo* tem duas acepções nesta edição. Se, por um lado, o termo designou historicamente uma perspectiva socialista e planetária de ação revolucionária pertencente a diferentes agrupamentos da esquerda, o vocábulo *internacionalismo* também remete aqui à articulação internacional dos grupos dominantes. Neste caso, obedece ao objetivo central de implementar e aprofundar e a supremacia global do capitalismo como sistema produção e reprodução da vida. Essas duas formas de compreender dois processos, de conteúdos antitéticos, a partir de um mesmo nome, sem dúvida, impõem contradições analíticas. Para nós, no entanto, essas duas maneiras sublinham um todo dialético que não pode prescindir de uma perspectiva totalizante de história.

A temática que centraliza os escritos desta edição de *História & Luta de Classes* se revela particularmente relevante no presente momento, quando está colocado em curso um rearranjo imprevisível das forças políticas e sociais em proporção global. Os atores deste processo se localizam nas esferas de comando de Estados-Nações, de grandes conglomerados empresariais, de partidos políticos, de *think tanks* e de movimentos sociais. Se o mundo nunca esteve tão conectado; se os seres humanos nunca foram tão interdependentes; se esta é uma das principais características de sociedades complexas; estamos, portanto, diante da efetivação de uma agenda nova de dominação global. Portanto, tão importante quanto os resultados empíricos demonstrados nos textos que seguem, trata-se de uma perspectiva analítica preocupada com as interconexões *internacionalistas* de processos e fenômenos contemporâneos.

Dentre estes processos, devem-se destacar as complicações oriundas da maior tentativa de integração regional de que se tem notícia: a União Européia (UE). A crise instalada pela saída do bloco da segunda maior economia europeia, a Inglaterra, impôs um grande golpe, colocando novos (e velhos) desafios à zona do Euro. Este novo cenário colocou em cheque uma hegemonia longa e duramente construída a partir da aliança programática entre a social-democracia defensora do Estado de Bem-Estar social e os liberais cosmopolitas europeus. Este bloco histórico e o projeto da União Européia, ameaçados pelo recrudescimento de nacionalismos de direita – muitas vezes são aderentes a fascismos –, encontram-se nas cordas. A UE e o sonho da livre circulação de pessoas a partir do zona *Schengen* têm, hoje, o enorme desafio de remediar uma das consequências nefastas da política neocolonialista empreendida pela Europa e pelo Ocidente nos últimos anos: as grandes migrações. As desestabilizações promovidas ao longo dos últimos anos e de maneira transnacional de regimes consolidados, obedecendo a interesses estratégicos da UE e de seus mais fortes Estados Nacionais (e suas respectivas corporações e conglomerados empresariais), cobram agora seu preço. Os migrantes são vítimas de crimes contra a humanidade e, tragicamente, buscam residência no território dos autores intelectuais destes mesmos crimes que forçaram o êxodo a que assistem, atônitos, todos os humanistas do globo.

No lado americano do Hemisfério Norte, a ascensão de um representante do neopopulismo estadunidense – corrente outrora pensada morta – tem gerado inseguranças em esfera global. As razões são múltiplas. Donald Trump é um *outsider*. Em alguns aspectos, suas idéias sobre geopolítica são heterodoxas quando comparadas com o que tem sido feito e pensado nas últimas décadas. Sua administração tem uma perspectiva assustadora no que diz respeito às questões ambientais, advogando mais claramente que o habitual – mesmo para os padrões estadunidenses – em favor da indústria do petróleo e seus derivados. No entanto, talvez o fator de maior tensão e incerteza da administração esteja na imprevisibilidade que

seus planos aparentes desencadeiam. A escalada das tensões entre Coreia do Norte e Estados Unidos/Coreia do Sul, por exemplo, traz indícios de uma inflexão da política global do grande império do planeta. Ao que parece, os Estados Unidos se debatem, internamente, para concluir a saída do Oriente Médio. Este abandono paulatino do Oriente Médio, intensificado na administração Trump, cria abalos sísmicos em diferentes níveis: 1) os fundamentalismos cristão e judaico se abespinham com a aparente mudança de prioridade do Pentágono e do Departamento de Estado, ao tirar Israel do centro da política externa do país; 2) reestruturação das relações com a China impactando a alta burguesia e o complexo industrial-militar; 3) redimensionamento da costa do Pacífico da América Latina; 4) possibilidade de redefinição e reocupação do fluxo e circulação de capitais.

Na América Latina, uma onda conservadora tem recrudescido o enfrentamento a governos oriundos de organizações de esquerda. Uma agenda administrativa tributária das mais predatórias correntes do liberalismo é a tônica dos governos de direita e centro-direita que comandam países como Argentina, Brasil, Perú, Colômbia e México. A destruição dos serviços públicos e fatias de orçamento público cada vez mais vultosas destinadas a grandes conglomerados internacionais, direta ou indiretamente, ou, ainda, a partilha cada vez mais desigual da riqueza produzida pelo trabalho do povo, demonstram a clareza da existência de um projeto global em curso a pleno vapor.

A onda conservadora também confronta o que restou do chavismo na Venezuela. Os progressistas dividem-se entre os que defendem apoio incondicional ao presidente Nicolás Maduro, sob argumento de que se trata de uma agressão imperialista, e os que sugerem uma análise mais cuidadosa, posto que mesmo reconhecendo os riscos de retrocesso e o caráter reacionário da oposição antichavista, igualmente identificam riscos e retrocessos decorrentes das opções do presidente Maduro e da burocracia que o cerca. No Brasil, a esquerda se esgarça e é destruída por um *revival* neoliberal avassalador. No Chile, alguns direitos parecem estar sendo recuperados ao mesmo tempo em que populações originárias, notadamente a nação mapuche no extremo Sul, reagem às velhas e novas formas de expropriação. No Perú, setores mais progressistas assistem à repactuação das velhas forças *fujimoristas* com a direita pretensamente renovada no governo. Na Argentina, as mobilizações de massa impõem uma resistência crescent ao governo Macri, mas ainda muito insuficiente em face do intenso retrocesso imposto, e fragilizada pela fragmentação e dificuldades para uma ação unitária.

A despeito de tudo, iniciativas desta magnitude movimentam inúmeras variáveis. As contradições e tensões também afligem setores dos grupos dominantes e isto se expressa na dificuldade de diagnóstico consensual que atinge os diversos organismos multilaterais responsáveis por forjar consenso e unidade de ação desses setores. Assim, podemos identificar os ruídos cada vez mais intensos entre, por exemplo, o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, segmentos dos governos nacionais e na própria UE.

Por isso, mesmo que os movimentos dos grupos dominantes pareçam irrefreáveis, as demonstrações de inconformidade são incontáveis. Para cada iniciativa de opressão, pululam ações de resistências. Conectadas — ou não — umas com as outras, as manifestações grevistas, no Brasil, por exemplo, foram mais de duas mil greve em 2016; mais de 50% dessas mobilizações decorrentes do descumprimento de direitos nas relações capital x trabalho.<sup>1</sup> Nos Estados Unidos, 36.500 trabalhadores da maior companhia de tecnologia da comunicação e informação cruzaram os braços, constituindo, em um setor de ponta, o maior movimento paredista na maior economia do mundo. Em toda Europa, grupos anti-sistêmicos tentam

---

<sup>1</sup> Segundo o DIEESE, foram 2.093 greves. Disponível em <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2016/estPesq84balancogreves2016.html>

demonstrar a possibilidade de se opor à UE sem necessariamente recorrer a expedientes nacionalistas ou fascismo.

Em todo lugar, restou a fragmentação e pulverização das forças de resistência. Uma era de solidariedade internacionalista e ação minimamente unificada de trabalhadores parece cada vez mais distante, em que pesem as partilhas (aparentemente) aleatórias, as condições de exploração análogas, as experiências em comum e formas de resistência correlatas que garantem aos trabalhadores de todo o mundo o mesmo estatuto: seres humanos que possuem somente sua própria força de trabalho. A organização dos trabalhadores, seja em partidos (ou outros organismos políticos orgânicos da classe trabalhadora), seja em sindicatos, permitiu, durante muitas décadas que as formas de solidariedade se consolidassem a ponto de constituir-se uma agenda política sindical e revolucionária de caráter internacional e internacionalista. A história da classe trabalhadora no mundo é rica em momentos de solidariedade internacionalista, descoberta esta concebida a partir de tentativas, entre erros e acertos. Alguns dos textos desta edição tratam precisamente disso.

Os artigos presentes neste dossiê subscrevem o esforço historiográfico que combate o paroquialismo nacionalista. Este procedimento é comum a diferentes inspirações teórico-metodológicas. Tem sido um fator de naturalização de fenômenos históricos análises de processos históricos a partir das fronteiras nacionais como se fossem acidentes naturais. Além do corte epistemológico que tal procedimento delimitador acarreta, causa também o recrudescimento das teses “excepcionalistas”. Exacerbar um novo olhar aos objetos da história significa desparoquializar as histórias nacionais para, inclusive, substituir as origens míticas que se utilizam de especificidades fenomênicas das histórias de cada povo para eternizar estatutos especiais a grupos étnicos, por exemplo. Por outro lado, porém, esta crítica tem resultado no “modismo” da história transnacional em que se tenta criar mais uma reserva de espaço para pretensos especialistas no campo historiográfico como se fosse escolha e atividade diletante explicar a história a partir das conexões globais de processos. Nosso entendimento é que trata-se da problemática da determinação da totalidade histórica e isto é parte fundamental do ofício.

Assim, este dossiê é inaugurado pelo artigo *Internacionalismo: o caso dos portuários*, no qual Raquel Varela discorre sobre o desenvolvimento de formas solidariedade transnacional entre os portuários europeus, categoria-chave para a circulação de mercadorias em escala global. A autora analisa algumas experiências do século XIX ao momento presente, exemplares de como a estratégia internacionalista dos portuários ofereceu sistemáticas resistências ao capital e aos próprios Estados nacionais, e, não raro, também à burocracia sindical local.

A seguir, Christine Dabat recupera histórias individuais esquecidas por grupos predominantes dos estudos de gênero. Em *Mulheres de ferro”: revolucionárias feministas na China do século XX*, Dabat analisa as histórias de mulheres em diferentes momentos da China Contemporânea. Ela localiza as histórias de militância de modo a traçar a tradição feminista chinesa ao longo do século XX.

Kauan Willian dos Santos, por sua vez, trata da organização de sindicatos anarquistas em São Paulo. Além disso, o autor apresenta uma interessante introdução às relações entre sindicalismo e anarquismo. O artigo *Façamos também a nossa guerra”: a construção do internacionalismo anarquista e a luta sindicalista revolucionária no período da Primeira Guerra Mundial em São Paulo* é um exemplo que demonstra como histórias, em tese restritas a localidades específicas, guardam em si determinações que extrapolam demarcações geográficas e políticas.

Na contraface do internacionalismo operário, no artigo *Comopolitismo capitalista: o caso da Comissão Trilateral (1973-1979)*, Rejane Caroline Hoeveler analisa o desenvolvimento da Comissão Trilateral, iniciativa capitaneada por Estados Unidos, Europa e Japão e que visava a imposição de uma ofensiva contrarrevolucionária e o desenvolvimento um consenso global de defesa do livre-mercado. Por meio de sua associação à defesa de valores do cosmopolitismo burguês, procurava-se, deliberadamente garantir a expansão e manutenção da hegemonia do bloco sobre os países de Terceiro Mundo no contexto de descolonização e Guerra Fria.

Encerrando este dossiê, Luís Eduardo Fernandes, em *A internacionalização de empresas brasileiras e a “questão social” na política externa dos governos petistas: o caso da relação Brasil-Cuba (2003-2014)*, procura compreender as relações diplomáticas estabelecidas entre os governos de Cuba e Brasil no século XXI e que viabilizaram, a um só tempo, o compartilhamento de conhecimento e políticas sociais à margem do mercado, principalmente vinculadas à área da saúde, e a expansão de empresas brasileiras na ilha caribenha, sobretudo em investimentos na área de infraestrutura.

Esperamos que este dossiê possa instigar novas análises para a compreensão da realidade contemporânea, cujos elementos e formas de dominação são cada vez mais globais. Portanto, muito mais do que palavras-de-ordem vazias de sentido, urge a necessidade de emergência de uma efetiva dimensão transnacional e internacionalista das lutas de resistência, ainda que elas se efetuem, em um primeiro momento, em âmbitos nacionais.

Esta edição completa-se com dois outros artigos e duas resenhas. Em *Um Instituto para a Autocracia Burguesa: o Instituto Brasileiro de Filosofia (1949-1964)*, Rodrigo Jurucê Gonçalves discute a trajetória de um importante aparelho privado de hegemonia e seu papel na disseminação de uma ideologia autocrática. O artigo de Delze Laureano, *A apropriação da natureza e os impactos sobre os saberes tradicionais em Rio Quente, GO* avalia os impactos socioambientais produzidos por um grande resort na cultura local e no território da cidade atingida. A resenha de Guilherme Nunes apresenta o livro *Embarcados: Los trabajadores y la vida a bordo*, de Laura Caruso, Paloma Caetano discute o livro *A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista*, de Ricardo Antunes e Geraldo Pinto. Boa leitura a todos!

Agosto de 2017

Gilberto Calil  
Editor

Aruã da Silva Lima  
Tiago Bernardon  
Virgínia Fontes  
Coordenadores do Dossiê